

OS SENTIDOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS LAVRADORES DO ENTORNO DO IFES-CAMPUS ITAPINA

Júlio de Souza **Santos** – UFES

Agência Financiadora: CAPES

INTRODUÇÃO

Esse texto busca sintetizar a pesquisa desenvolvida no mestrado, que integra as ações do Grupo de Pesquisa Interinstitucional PROEJA/CAPES/SETEC/ES. Tem como objetivo problematizar os sentidos da formação profissional produzidos pelos lavradores do entorno do IFES-Campus de Itapina, no contexto de indução de políticas de ensino médio integrado à Educação Profissional, como o Programa Nacional de Educação Profissional integrado à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Nesse contexto, o Decreto nº 5.840/2006, que institui o PROEJA, define que as escolas agrotécnicas federais estão incluídas na rede de instituições federais atendidas pelo programa, criando assim a obrigatoriedade para essas unidades da rede federal ofertar curso(s) do PROEJA. A partir da indução, a Escola Agrotécnica Federal do município de Colatina/ES (EAFCOL), atualmente denominada IFES-Campus de Itapina, passou então a se mobilizar para responder a esta determinação. Para tal, publicou três editais para concurso de ingresso em curso do PROEJA, durante os anos 2007 e 2008, porém não obteve sucesso na abertura de turmas.

Diante dessa dificuldade, a Escola buscou o apoio do Grupo de Pesquisa PROEJA/CAPES/SETEC/ES para a realização de levantamento de demandas de educação nas localidades de seu entorno. Após um processo de interlocução inicial, o Grupo de Pesquisa firmou um acordo de cooperação técnica com a Agrotécnica de Colatina, objetivando apoiar e realizar a tarefa mesmo que arriscada, com vistas a instrumentar a implementação do PROEJA na instituição.

Dessa forma a pesquisa que se compartilha neste texto emergiu do trabalho inicial de levantamento realizado durante os meses de setembro e outubro de 2008 pelo Grupo de Pesquisa¹, no entorno da Agrotécnica.

Tendo como uma das referências os resultados preliminares daquele momento, o IFES-Campus de Itapina abriu, em março de 2009, o quarto edital para curso do PROEJA, por meio da oferta do Técnico em Alimentos no turno Noturno, com duração de dois anos e 40 vagas disponibilizadas. Dessa vez, o Instituto obteve êxito com a abertura de duas turmas em

¹ Com a participação de profissionais e estudantes da EAFCOL e da Escola Municipal Agroecológica de Colatina.

abril desse ano, uma vez que o número de inscritos ultrapassou a quantidade de vagas ofertadas.

Considerando que o levantamento realizado tenha sido apenas um dispositivo inicial para detectar demandas de escolarização dos jovens e adultos das localidades do entorno desta instituição, colocava-se então o desafio de prosseguir na busca de compreensão do porquê do insucesso dos editais anteriores. Algumas questões me interpelavam. Estaria diante da tendência de culpabilização dos sujeitos por não manifestarem interesse e mobilização para continuar estudando? Seria a sua não condição de acesso à escola um empecilho? Ou a oferta dos cursos da instituição voltados para atender a demandas de formação para o mercado não atraía esses sujeitos? Estas inquietações me levaram, nesta pesquisa, a percorrer então outro caminho buscando explorar os sentidos da formação profissional para os lavradores, habitantes daquele contexto.

Nesta tarefa, lanço mãos de aportes teóricos que exploram em um primeiro momento, o conceito de sentido, na perspectiva histórico-cultural e a concepção de trabalho como dimensão da formação humana. Em seguida, o percurso metodológico do estudo de caso desenvolvido é explicitado em suas várias etapas, e por fim, alguns resultados são apresentados sobre os sentidos da formação profissional, a partir da trajetória de vida dos lavradores no entorno e de suas vivências e experiências de formação no contexto atual.

O CONCEITO DE SENTIDO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Na abordagem dos *sentidos*, questão crucial nesta pesquisa, fui instigado a buscar referenciais teóricos baseados na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano.

A partir da perspectiva histórico-cultural, o conceito de sentido diferencia-se da concepção de significado. De acordo com Vygotsky (1998):

[...] O sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluído e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa [...] [...] O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala (p.181).

Para Vygotsky (2001b), em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido. Desse modo, cada contexto apresenta uma singularidade de sentidos, produzidos historicamente nas práticas sociais, através da articulação dialética da história de constituição do mundo psicológico com a experiência atual do sujeito. Além disso, os sentidos apresentam um caráter polissêmico, integrado a dimensões cognitivas e afetivas, bem como processos coletivos e individuais.

A palavra incorpora, absorve de todo o contexto com que está entrelaçada os conteúdos intelectuais e afetivos e começa a significar mais e menos do que contém o seu significado quando a tomamos isoladamente e fora do contexto: mais, porque o círculo dos seus significados se amplia, adquirindo adicionalmente toda uma variedade de zonas preenchidas por um novo conteúdo; menos, porque o significado abstrato da palavra se limita e se restringe àquilo que ela significa apenas em um determinado contexto (Vygotsky, 2001b, p. 465 - 466).

Assim como Vygotsky, Bakhtin (1986) distingue significado e sentido da palavra. Este autor também considera que a produção do sentido depende das características e formas do intercurso social, isto é, a palavra não é falada no vazio, mas numa particular situação histórica e social concreta, tanto do ponto de vista temporal, quanto espacial.

A partir da perspectiva histórico-cultural do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, Smolka (2004) discorre sobre a importância das condições materiais de existência dos sujeitos na produção dos sentidos.

Os sentidos podem ser sempre vários, mas dadas certas condições de produção, não podem ser quaisquer uns. Eles vão se produzindo nos entremeios, nas articulações das múltiplas sensibilidades, sensações, emoções e sentimentos dos sujeitos que se constituem como tais nas interações; vão se produzindo no jogo das condições, das experiências, das posições, das posturas e decisões desses sujeitos; vão se produzindo numa certa *lógica* de produção, coletivamente orientada, a partir de múltiplos sentidos já estabilizados, mas de outros que também vão se tornando possíveis (Smolka, 2004, p.45).

Portanto, o sentido configura-se de forma mais ampla que o significado, ou seja, há o predomínio do sentido de uma palavra sobre o seu significado. Segundo Barros e outros (2009):

[...] essa definição proporciona que o ‘sentido’ seja concebido como acontecimento semântico particular, constituído através de relações sociais, onde uma gama de signos é posta em jogo, o que permite a emergência de processos de singularização em uma trama interacional histórica e culturalmente situada [...] (Barros et al., 2009, p.179).

No contexto desta pesquisa emergem processos de singularização, caracterizados por uma trama constituída a partir da condição social e econômica do lavrador, nível de escolaridade, trajetória de escolarização e formação profissional, trajetória de trabalho, envolvimento com o Campus Itapina, dentre outros aspectos do entorno. Nesse sentido, trata-se de traços sociais, econômicos e culturais que tornam esse contexto singular, diferenciando essas localidades de outros contextos sociais e, conseqüentemente, podem definir a produção de sentidos ou não-sentidos da formação profissional para os lavradores.

A produção de sentidos envolve a palavra ao seu contexto de uso e as redes de interações que viabilizam a sua emergência. Portanto, o sentido apresenta amplitude maior

que a palavra simplesmente expressa, sendo resultante de interações sociais, quanto de suas relações com signos e outros sentidos que circulam nas tessituras sociais (Barros et al., 2009).

Desse modo, a produção de sentidos no processo de investigação científica, compreendido como um processo de interação social, surge como possibilidade, pois o sentido não está pronto, acabado, aguardando a exteriorização por meio da linguagem. De acordo com Smolka (2004):

[...] Não há sentido pré-definido, não há teleologia. Há múltiplas determinações que vão produzindo sentidos também múltiplos... A produção é inescapavelmente conjunta, a resultante nem sempre controlada... A significação, enquanto produção de signos e sentidos, é (resultante de) um trabalho coletivo *em aberto*, que implica ao mesmo tempo, acordo mútuo, estabilização, e diferença (inter-in-compreensão constitutiva...). Há sempre algo possível/passível de ser comum, e há sempre heterogeneidade [...] (p.44).

Diante dessa teorização, foi possível entrelaçar alguns fios para tecer o entendimento que os lavradores foram produzindo dos sentidos para a formação profissional no contexto da pesquisa de campo, realizada por meio da interpelação e interlocução com esses sujeitos. Em meio a esse processo, as estratégias de investigação e o aporte teórico foram sendo explorados, formulados e reformulados a partir das produções concretas do estudo.

O TRABALHO COMO DIMENSÃO DA FORMAÇÃO HUMANA

O estudo dos sentidos da formação profissional para os lavradores apontou para a necessidade de exploração da teorização sobre o caráter formativo do trabalho e da educação. Nesse sentido, a categoria formação humana configurou-se como elemento fundamental nesse momento de análise, uma vez que o trabalho está diretamente relacionado ao processo de formação profissional. Antes de pensar o trabalho e a sua relação com a educação, torna-se necessário refletir primeiramente sobre a dimensão formadora do trabalho.

Ao longo da história, o trabalho desempenhou papel central, tanto na garantia da sobrevivência e perpetuação da espécie humana, quanto no desenvolvimento dos distintos modos de produção, através da constituição de determinadas relações econômicas e distribuição da riqueza. Mais do que isso, o trabalho contribuiu para a própria formação do homem (Vasconcelos; Lima Filho, 2009).

O trabalho nas sociedades primitivas tribais se efetivava, em meio à existência da propriedade coletiva dos meios de produção e dos instrumentos, como resposta às necessidades elementares do ser humano. Esta propriedade tribal corresponde a um estágio não desenvolvido da produção

[...] em que o povo vive da caça e da pesca, criando animais ou, na fase mais elevada, da agricultura. Este último caso pressupõe grandes extensões de terras não cultivadas. A divisão do trabalho, neste estágio é muito elementar ainda, e está limitada a uma extensão da divisão natural do trabalho imposta pela família [...] (Marx, 1977, p.114).

Como sabemos, essas sociedades pré-capitalistas, que se constituíram a partir do abandono do nomadismo e conseqüente processo de sedentarização, foram marcadas pelo surgimento e desenvolvimento da agricultura por meio da divisão do trabalho familiar, constituída hierarquicamente por lideranças familiares, membros da tribo e escravos² (Marx, 1977). Havia também nesta propriedade tribal a divisão sexual do trabalho, uma vez que o trabalho voltado para a produção de alimentos ficava a cargo dos homens, enquanto para a mulher restava o papel de cuidar dos filhos e da habitação.

Por intermédio da união de várias tribos em uma cidade, num regime de acordo ou conquista, foi constituída a antiga propriedade comunal e do Estado. Nessas comunidades, os “cidadãos” passaram a exercer poder sobre os seus escravos que realizavam o trabalho. De acordo com Marx (1977), nesta forma de propriedade:

[...] a divisão do trabalho já está mais desenvolvida. Já encontramos o antagonismo entre a cidade e o campo, depois o antagonismo entre aqueles estados que representam interesses urbanos e os que representam interesses rurais e, dentro das próprias cidades, o antagonismo entre a indústria e o comércio marítimo [...] (p.115).

Desse modo, ocorre a divisão territorial do trabalho entre a cidade e o campo, através da separação do trabalho industrial, comercial e agrícola e a presença de relações sociais conflituosas, devido aos interesses econômicos. Segundo Marx (1983), o trabalho nos modos de produção tribal e comunal primitivo caracteriza-se como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (p.149)

Com isso, o ser humano cria pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência. Essa perspectiva ontológica ou ontocriativa do trabalho é reafirmada por Kosik (2002):

O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu *habitus* e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade [...] (Kosik, 2002, p. 198-199).

² A escravidão se apresentava de maneira oculta na família e não desenvolvida neste modo de produção.

Nas sociedades escravocratas, marcadas pela relação de domínio dos senhores proprietários sobre os escravos, considerados animais, objetos e instrumentos de produção, é estabelecida a propriedade privada. Já na sociedade feudal da Idade Média, a base produtiva era a comunidade, tendo o pequeno camponês reduzido à servidão como classe diretamente produtora (Marx, 1977).

No contexto do modo de produção capitalista industrial, originado a partir de meados do século XVIII, a sociedade passou a se estruturar basicamente em duas classes: a dos proprietários dos meios de produção, e a dos proletários que detém somente a sua força de trabalho, necessitando de trocá-la pelo salário em um processo de exploração por meio da mais-valia (Vasconcelos; Lima Filho, 2009).

Marx (1985) além de considerar a dimensão formadora do trabalho, concebe também o seu caráter de alienação e deformação humana no modo de produção capitalista industrial. Esse aspecto alienante do trabalho está relacionado ao processo de venda e exploração da força de trabalho dos indivíduos que não possuem os meios de produção.

Como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação (MARX, 1985, p. 139).

Nesse contexto de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas, o trabalho assume o sentido de emprego remunerado, compreendido como quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Além disso, o termo trabalhador passa a designar a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2009).

Dessa forma, o trabalho, que é um elemento constitutivo do ser humano passa a ser uma mercadoria, podendo por sua vez ser comercializada. Com isso, no modo de produção capitalista, o trabalho dos desprovidos de meios e instrumentos de produção é reduzido à sua dimensão de formação de força de trabalho (Frigotto, 2009). Entretanto, a centralidade do trabalho permanece nesta sociedade:

A força de trabalho expressa sua centralidade ao se transformar em produtora de valores de troca, com o fim de gerar mais lucro ou mais valor para os capitalistas. O trabalho, então, de atividade produtora imediata de *valores de uso para os trabalhadores*, se reduz à *mercadoria força de trabalho e tende a se confundir com emprego* (FRIGOTTO, 2005, p.63).

Para Frigotto (2005), não se pode confundir o trabalho na sua generalidade ontológica ou ontocriativa com a forma servil, escrava e assalariada que o trabalho assumiu historicamente, de acordo com o desenvolvimento dos modos de produção pela humanidade.

No início do século XX, é desenvolvido o modelo taylorista-fordista, baseado nos princípios das vantagens de custo e eficiência e realizado por meio de normas, procedimentos rígidos e a divisão social do trabalho nos estabelecimentos industriais (Vasconcelos; Lima Filho, 2009). Nesse modo de produção, o trabalho

[...] é reduzido à execução de tarefas fixas, homogêneas e monótonas incorporadas a uma rotina superficialmente projetada e monitorada, eliminando todas as dimensões do processo produtivo que oferecem obstáculos aos objetivos da valorização do capital, a dinâmica e a rotinização do processo de produção não deixam espaço para que o trabalhador repense o processo produtivo e seus próprios interesses (PARANHOS; NEVES; SILVA, 2008).

O período posterior, caracterizado como pós-fordismo, estruturou-se nas últimas décadas do século XX após a crise do sistema produtivo taylorista-fordista, sendo marcado pelo regime produtivo de acumulação flexível. Como um contraponto ao fordismo, esse regime caracteriza-se pela flexibilidade nos setores econômicos, sobretudo na oferta de mercadorias, devido à diversificação da produção, e nos mercados de trabalho e processos de trabalho, através do toyotismo e da terceirização (ABRUNHOSA, 2006).

No início do século XXI ocorre a intensificação do processo de reestruturação produtiva em meio a um processo de aceleração do processo de globalização da economia. Nesse contexto, ocorre a adoção de políticas de cunho neoliberal que promovem mudanças nos setores produtivos.

Assiste-se hoje à dupla transformação do trabalho, tanto quanto ao conteúdo da atividade, tanto quanto às formas de emprego, transformação aparentemente paradoxal, pois esse duplo processo ocorre em sentidos opostos. De um lado, há a exigência de estabilização, de implicação do sujeito no processo de trabalho, por intermédio de atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação ou intercompreensão. Por outro lado, verifica-se um processo de instabilização, precarização dos laços empregatícios, aumento do desemprego prolongado e flexibilidade no uso da força de trabalho [...] (ANTUNES; SILVA, 2004, p. 10).

Esse processo de reestruturação produtiva tem acarretado conseqüências drásticas para a classe trabalhadora. Além da intensificação do trabalho, como conseqüência da diminuição dos postos de trabalho, as mudanças no mercado de trabalho tem ocorrido no sentido da redução de salários, aumento da informalidade, bem como a precarização das condições e das relações de trabalho (Navarro, 2004). No contexto do campo, essas transformações têm produzido a emergência de novas configurações e a complexificação da questão agrária nesse território, incidindo nos modos de vida dos povos do campo.

METODOLOGIA

O presente estudo abarca o entorno do atual IFES-Campus de Itapina, compreendido como a área que envolveu as localidades situadas à margem esquerda do Rio Doce, num raio aproximado de 30 km do Instituto, e que estão circunscritas em um território caracterizado pela recente “abertura” do Campus, diante das transformações em seu contexto, como a criação da Escola Agroecológica em 2004, que atende filhos de lavradores do entorno, e o processo recente de implementação do PROEJA.

No percurso da pesquisa, o *estudo de caso* emergiu como metodologia de abordagem apropriada para o objeto, face ao contexto de insucessos da EAFCOL com o PROEJA, que consiste em uma situação singular e tem um valor em si, apresentando semelhanças com outros casos (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Portanto, a dificuldade da EAFCOL na oferta de curso(s) do PROEJA, constituiu-se em um caso singular no Estado do Espírito Santo, dado o fato desta instituição ser a última Escola Agrotécnica do estado a cumprir o decreto 5.840/2006, exigindo o adentramento de maneira mais intensa na investigação do objeto da pesquisa, com um olhar no específico e na perspectiva de alcançar as peculiaridades invisibilizadas.

Nesse sentido, o estudo foi realizado com sujeitos lavradores das localidades do entorno do IFES-Campus, adultos, dos sexos masculino e feminino, marcados por um histórico de abandono e descontinuidade escolar e que podem ser considerados potenciais alunos do PROEJA, além de professores e um gestor do IFES-Campus de Itapina.

O percurso da pesquisa envolveu basicamente as seguintes etapas metodológicas: a) observação e contato inicial com os moradores das localidades do entorno, através da pesquisa do Grupo PROEJA/CAPES/SETEC/ES; b) participação em espaços de intercâmbio e estudo; c) realização de entrevistas semi-estruturadas, com lavradores do entorno, e observação da área estudada; d) realização de entrevistas com professores e um gestor do Campus de Itapina; e) sistematização e análise dos dados produzidos em campo.

OLHARES SOBRE OS SENTIDOS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DOS LAVRADORES NO ENTORNO

Os lavradores desse estudo apresentam experiências, vivências e trajetórias de vida e trabalho, predominantemente, no campo. Além de residirem a maior parte de suas vidas na “roça”, eles sempre trabalharam na agricultura, principalmente na produção de café e lavoura

branca. Nessas trajetórias vivenciais, os lavradores começaram a lidar com o trabalho na lavoura desde a infância e adolescência, contribuindo na geração de renda de suas famílias.

O trabalho no contexto familiar assume papel preponderante na formação do lavrador, apresentando centralidade nas suas práticas sociais, uma vez que os filhos dos produtores rurais passam a atuar sobre a natureza e o mundo social, modificando-os e concomitantemente modificando a si próprios (Marx, 1983). Desse modo, por intermédio da ação consciente do trabalho, não concebido como sinônimo de atividade laborativa ou emprego, mas como dimensão ontocriativa, os lavradores criam e recriam a sua própria existência.

Devido, principalmente, a essa inserção imediata no trabalho familiar e à situação de pobreza, os lavradores tiveram que abandonar prematuramente os estudos. As experiências advindas da necessidade de abandono da escola e das práticas de trabalho trazem consigo a produção de sentidos e não sentidos em relação à educação e formação prática no trabalho:

Eu quase terminei, aí sai para trabalhar, aí eu gostava de trabalhar muito, aí eu saí [...] Ah, vou dizer, falar pra você, eu nunca fui chegado a estudar, não é, cada um tem o sistema dele, aí fica no mesmo (Lavrador A).

Para a família dos lavradores, a continuação dos estudos apresentava o sentido de obstáculo na geração de renda e sobrevivência familiar, uma vez que o tempo que os filhos poderiam estar trabalhando, estava sendo ocupado pela escola. Nesse contexto, as condições materiais dessas famílias, marcadas pelas dificuldades, lutas e resistências à lógica do sistema capitalista, levaram esses sujeitos a ter como única opção o trabalho na lavoura em detrimento do prosseguimento no processo de escolarização. Ao abordar o trabalho da criança na família camponesa, Damasceno (1993) observa:

Certamente não podemos esquecer que essa participação das crianças atende também as necessidades econômicas das famílias, em que os pais precisam do trabalho dos filhos para auxiliar no seu sustento, tendo em vista que a posição camponesa reside na força de trabalho familiar (p.58).

Percebe-se a faceta negativa do trabalho, em sua dimensão deformadora, tal qual concebida por Marx (1985), no processo de formação profissional dos lavradores do entorno. Na lógica do sistema capitalista, esses sujeitos passaram a ter como alternativa para a sobrevivência, o trabalho alienante que os levou a abandonar a escola.

Desse modo, a valorização da formação profissional na prática de trabalho na lavoura configura-se para o lavrador como condição e sentido para a própria sobrevivência e da sua família. Fazia mais sentido estar trabalhando do que estar na escola. Nesse processo formativo, ocorre a produção de saberes da experiência, por meio das práticas de trabalho familiar, caracterizadas pela presença dos pais ensinando aos filhos, que necessitam de aprender para contribuir cada vez mais na reprodução social da família:

Trata-se de um saber prático produzido no trabalho, decorrente da forma com que o camponês realiza a sua atividade agropastoril e das ferramentas utilizadas no labor cotidiano para a produção de alimentos ou meios necessários para o sucesso dessa atividade (Damasceno, 1993).

Além da produção dos saberes da experiência nas práticas laborais familiares, os lavradores também passaram a buscar individualmente a aquisição de conhecimentos que fizessem sentido para o processo de formação profissional e implicassem em contribuições na produção da lavoura.

A maior parte dos lavradores envolvidos nesse estudo sempre viveu em localidades próximas ao atual IFES-Campus Itapina, o que coloca esta instituição, criada na década de 1950, como elemento importante na análise histórica do contexto de vivência e experiências desses indivíduos.

A interlocução com professores e outros profissionais desta instituição contribuiu para a elucidação das relações e práticas construídas historicamente entre esses lavradores e o Campus Itapina. No seu período de atuação, a instituição apresentou períodos marcados pela relação de proximidade e tempos marcados pelo distanciamento em relação à vivência e práticas dos moradores do entorno.

Os lavradores referem-se ao IFES-Campus Itapina como Escola ou Colégio Agrícola. Essa prática, somada à constatação de que alguns lavradores nunca ouviram falar dos termos Escola Agrotécnica Federal de Colatina e IFES-Campus Itapina, dão indícios dessas relações construídas ao longo da história com o entorno.

Nesse sentido, apesar da Instituição deixar de ser denominada Escola Agrícola a partir de 1964, além de não ser mais considerada Colégio Agrícola, desde 1979, esses termos permanecem no imaginário e discurso de lavradores do entorno. As falas de professores e de um gestor do IFES confirmam essa prática:

O Colégio Agrícola, como até hoje pelas comunidades é chamado né, ninguém passa pela Agrotécnica, todo mundo conhece o Colégio Agrícola (Professor A).

Aqui é conhecido como Colégio Agrícola ou Colégio Agrícola de Itapina, então nós estamos tomando um nome que a população já deu pra escola há muito tempo (Professor B).

Olha é aqui, o pessoal antigo conhece Colégio Agrícola [...] Os antigos falam Colégio Agrícola até ex-servidores aqui ainda fala Colégio Agrícola (Gestor A).

O entrecruzamento das falas de lavradores do entorno com as falas de professores do Campus Itapina evidenciam que a Escola e o Colégio Agrícola marcaram de forma

significativa a vida dos moradores do entorno. Na busca do resgate das relações e práticas construídas nesses períodos, interpelei os participantes do estudo de caso.

Ao falar sobre o período do Colégio Agrícola, o lavrador B ressalta que a instituição era mais envolvida com as comunidades, e lembra de sua participação na semana do agricultor, promovida pela instituição.

O professor A confirma a afirmação do lavrador sobre a relação mais próxima da instituição com o entorno neste período:

Na época do colégio agrícola, como era chamado do ginásio agrícola, se essa inserção era maior, se era, conseqüentemente, a marca ficou muito mais registrada no cotidiano no dia-a-dia, na história dessas pessoas como a Agrotécnica é né, o anterior ao Instituto, ela não teve essa inserção (Professor A).

A relativa proximidade do Colégio Agrícola com as localidades do seu entorno, não garantiu, contudo, que os lavradores realizassem os seus estudos nesta instituição. A partir das falas dos lavradores, observa-se que neste período, o colégio apresentava-se muito mais como um ambiente de socialização para os moradores dessas comunidades.

Apesar de interromperem os seus estudos e do não acesso ao Colégio Agrícola, os lavradores buscaram outras formas de se qualificar, ou seja, de acessar complementos para a formação profissional que eles obtiveram na prática de trabalho cotidiana, realizando cursos avulsos, ligados à agricultura e agroindústria.

É nesse contexto do entorno, marcado por tramas interacionais (BARROS et al., 2009) de vivências no campo, trabalho familiar na lavoura, descontinuidades nos processos de escolarização e relativa proximidade das práticas e relações sociais com o Colégio Agrícola, que foram sendo tecidos os múltiplos sentidos da formação profissional para esses lavradores.

OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE OLHARES SOBRE O CONTEXTO ATUAL

As trajetórias de vivências no contexto do campo contribuíram para a construção das identidades desses moradores das localidades do entorno. A atividade de trabalho predominante na lavoura; e a quase inexistente vivência no meio urbano, apresentam entrelaçamentos com a constatação de que os participantes do estudo se identificam como lavradores.

Em nenhum momento, esses sujeitos se identificam como camponeses tampouco como agricultores ou pequenos produtores rurais. Durante o processo de pesquisa, percebi que os moradores do entorno envolvidos na pesquisa se identificam como lavradores. Entretanto,

podemos aferir, a partir de Martins (1986), que o termo *lavrador* caracteriza-se com uma das diferentes palavras que designam o camponês, definido “[...] como aquele que está em *outro lugar*, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, *nesta sociedade*. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um *excluído*. [...]” (p.25).

Nesse contexto de exclusão social, os lavradores consideram as atividades de trabalho desenvolvidas por eles no campo como sendo uma profissão. Ao serem questionados sobre os motivos de gostar de trabalhar na lavoura, os lavradores demonstraram que consideram o trabalho de lavrador uma profissão. Ou seja, para esse trabalhador a formação profissional ocorre por meio do trabalho prático no campo.

Ao serem indagados sobre a concepção de lavar a terra como profissão, os trabalhadores reafirmam o sentido de formação profissional como aprendizado prático na lida cotidiana do trabalho. Esse sentido está relacionado à produção histórica de práticas sociais, entrelaçada com as suas experiências (Vygotsky, 2001b).

Nesse sentido, o profissional lavrador é caracterizado por eles como a pessoa que sabe lavar a terra, ou seja, o que detém saberes, conhecimentos, habilidades e técnicas que possibilitam o desenvolvimento do trabalho agrícola.

Eu acho que é, tem que morar na roça né, e tem que saber fazer alguma coisa né, se morando na roça e não saber fazer nada também não é um lavrador né, tem que saber né, pelo menos o básico, ou capinar, ou plantar o café que é o mais que planta né, se morar na roça e não saber plantar um pé de café então não é um lavrador (Lavrador C).

A partir dessa fala do lavrador C, percebemos que o sentido da formação profissional do lavrador depende de duas condições fundamentais: a necessidade de ser um habitante do campo; e a premissa de realizar o trabalho prático na lavoura. Em relação à primeira condição, percebo que o lavrador é aquele que habita no campo, sendo, portanto formado somente neste contexto, marcado por práticas e relações sociais específicas. Já a premissa da realização do trabalho prático na lavoura expressa a desconsideração da formação profissional na instituição escolar, como elemento central na formação do lavrador.

Além de todos os lavradores apresentarem em suas trajetórias de vida o envolvimento com o trabalho na lavoura, alguns deles relataram experiências em outras atividades, que não se restringem à agricultura e pecuária. Desse modo, a pluriatividade configura-se como um elemento importante na complementação da renda e reprodução social das famílias dessas localidades, ou seja, incide como estratégia produzida para a sobrevivência e resistência à

lógica excludente do sistema capitalista. Ao abordar a emergência e intensificação da pluriatividade no contexto das novas configurações do campo, Oliveira (2004) observa que:

[...] a reprodução social do meio rural, considerando somente a organização familiar, se dá através da formulação de estratégias familiares, que podem ser familiarmente fragmentadas. Essas estratégias remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural e à transmissão da exploração agrícola. Uma das estratégias principais adotadas pelas famílias rurais é a pluriatividade (p.37).

Diante desse contexto, a divisão social do trabalho na família dos lavradores apresenta-se muito bem delimitada. O homem realiza a maior parte do trabalho na lavoura e em alguns casos, dependendo das atividades desenvolvidas pela família, a criação de animais. Já para a esposa e o(s) filho(s), o trabalho doméstico e em alguns momentos a execução de algumas etapas do trabalho agrícola e da criação de animais. De acordo com Damasceno (1993):

O critério básico adotado nessa diferenciação, apóia-se no conceito de que o homem detém maior vigor físico, em decorrência responsabiliza-se pelas atividades que implicam maior dispêndio de energia física, tais como desmatamento, cercamento, preparo do terreno, tratos com o cultivo entre outros (p.57).

Essa divisão social do trabalho nas localidades do entorno, assemelha-se ao contexto das sociedades tribais pré-capitalistas, onde a atividade da agricultura surgiu e se desenvolveu por meio da divisão do trabalho familiar (Marx, 1977). Desse modo, observa-se a presença de relações pré-capitalistas no desenvolvimento de atividades econômicas e de reprodução social no campo.

Nesse cenário, os lavradores, apesar das dificuldades enfrentadas no campo, mostraram-se satisfeitos em viver e trabalhar no campo, ressaltando a privilegiada condição de proprietários e a aversão à vida na cidade. Essa satisfação dos lavradores reforça a concepção de campo como território das possibilidades, tanto de melhor qualidade de vida quanto de trabalho, mesmo em meio ao convívio com a desigualdade social. Além disso, demonstram que, dependendo das condições concretas de sobrevivência do lavrador, não haveria motivos para o abandono das atividades desenvolvidas e migração para a cidade. Portanto, esses sujeitos preferem viver e trabalhar no campo, por considerá-lo o lugar que atende as suas necessidades e aspirações, diferente da cidade, caracterizada pela poluição, intranquilidade, desemprego, dentre outros problemas que atingem a população urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentidos atribuídos pelos lavradores das localidades do entorno do IFES-Campus Itapina foram produzidos a partir do contexto de exclusão e desigualdade sociais, concentração de terras, descontinuidades e não acesso à escola, dentre outros aspectos que marcam a condição de vida e trabalho dos povos do campo. Portanto, os sentidos dados por esses sujeitos, estão relacionados às suas necessidades e condições materiais concretas de existência na sociedade capitalista.

No contexto de resistência à lógica do capitalismo, esses habitantes e trabalhadores do campo passaram a ter como única opção de sobrevivência, desde a infância e adolescência, a necessidade de contribuição no desenvolvimento do trabalho familiar na lavoura. Diante disso, o sujeito torna-se lavrador, sobretudo, através da formação prática no trabalho cotidiano, num contexto de produção e troca de saberes da experiência. Com isso, a formação profissional para esses sujeitos apresenta-se como condição e sentido de sobrevivência na perspectiva de participação crescente na divisão do trabalho familiar.

Além do contexto de produção da lavoura, os lavradores vivenciaram e vivenciam outros processos formativos, devido à necessidade de desenvolvimento de outras atividades econômicas que não se restringem à produção agrícola, predominantemente, ligadas ao setor de produção agroindustrial, comércio e prestação de serviços, além da realização de cursos de capacitação em produção agrícola, caracterizando-se como estratégias de resistência e permanência no campo que integram o processo de reconfiguração e reordenamento desse território. Por outro lado, a necessária experiência de formação profissional na trajetória de trabalho na lavoura, implicou no abandono dos lavradores do processo de escolarização, uma vez que a continuação dos estudos impossibilitava a contribuição efetiva no trabalho familiar. Nesse sentido, observa-se a faceta da formação dos lavradores, que não se restringe ao espaço escolar e apresenta considerável importância para a reprodução social desses sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUNHOSA, M.L.O. Desenvolvimento de habilidades de gestão pessoal e interpessoal: reflexos das transformações do capitalismo. In: FRIGOTTO, G. *Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios*. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

ANTUNES, R.; SILVA, A.M. Apresentação. In: ANTUNES, R.; SILVA, A.M. *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BARROS, J.P.P. et al. *O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica*. Revista Psicologia & Sociedade. Vol. 21, número 2 (174-181), 2009.

DAMASCENO, M.N. *A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política*. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M.D. et al. (Coords). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O Capital*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OLIVEIRA, Breno Louzada Castro de. *Educação e ruralidades jataienses*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

PARANHOS, M.; NEVES, B.M.; SILVA, S. *A desumanização do trabalho e do trabalhador na virada do século*. Trabalho Necessário. Ano 6. n.6. 2008.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta da *Rede de Significações*. ROSSETTI-FERREIRA, M.C. et al. (Orgs.). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VASCONCELOS, R.A.F.; LIMA FILHO, D.L.L. Escola e trabalho em tempos de mudanças tecnológicas. In: FAGUNDES, E.D.; LUZ, N.S. (orgs.) *Universidade tecnológica, política educacional e organização dos trabalhadores*. Curitiba: SINDUTF-PR, 2009.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. Pensamento e palavra. In: VYGOTSKY, L.S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.